

A Formação Policial no Enfrentamento ao Uso Criminoso de Explosivos: Um Estudo Comparativo sobre a Prática Docente e a Primeira Resposta no Brasil

Police Training in Addressing the Criminal Use of Explosives: A Comparative Study on Teaching Practice and First Response in Brazil

Allan Rodrigues de Freitas

Bacharel em Direito (ESTÁCIO, 2019); Graduando em Segurança Pública e do Cidadão (UEA) Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: allanfreitas2012@hotmail.com

Eduardo de Oliveira Melo

Bacharel em Direito (UNINORTE, 2014). Graduando em Segurança Pública e do Cidadão (UEA) Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: eduardoomeloo@hotmail.com

Juvenal Cavalcante Portela

Especialista em Direito Constitucional e Direito de Trânsito (FAVENI, 2020). Graduando em Segurança Pública e do Cidadão (UEA) Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: j.poortela@gmail.com

Leovanio Castro Almeida

Bacharel em Direito (ESBAM, 2018). Pós-graduado em Direito Constitucional (UCAM, 2019), Graduando em Segurança Pública e do Cidadão (UEA) Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: leoatn@hotmail.com

Paulo Victor Andrade Sales

Oficial aperfeiçoado da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Mestrando em Segurança Pública, Cidadania E Direitos Humanos (UEA) Manaus, Amazonas, Brasil E-mail: aspirapvictor@gmail.com

Resumo

O uso criminoso de explosivos no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em ações contra instituições financeiras, ataques a forças de segurança e ocorrências que envolvem elevado risco à população e aos agentes estatais. Esse cenário impõe desafios significativos à formação policial, sobretudo no que se refere à preparação técnica dos profissionais que atuam como primeiros respondedores em ocorrências dessa natureza. O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a existência de lacunas formativas na capacitação policial para o enfrentamento do uso criminoso de explosivos, comparando a prática docente em cursos especializados e a realidade da primeira resposta policial no Brasil. Especificamente, buscou-se examinar o crescimento e as características do uso criminoso de explosivos no país; analisar a adequação da formação policial para o atendimento inicial dessas ocorrências; e discutir a prática docente nos cursos de especialização em explosivos como elemento estratégico para a mitigação dessas lacunas. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, com análise comparativa de artigos científicos que abordam o uso criminoso de explosivos, a formação policial e a docência em cursos técnicos especializados. Como resultado, identificou-se uma assimetria entre a complexidade das ocorrências envolvendo explosivos e o conteúdo ofertado nos cursos de formação inicial, o que expõe policiais e a sociedade a riscos desnecessários. Conclui-se que o fortalecimento da docência especializada e a inclusão de conteúdos mínimos sobre explosivos nos cursos de formação policial constituem medidas essenciais para o aprimoramento da primeira resposta e para a preservação de vidas.

Palavras-chave: Explosivos; Formação Policial; Incidentes Críticos; Prática Docente; Segurança Pública.

Abstract

The criminal use of explosives in Brazil has intensified over the past decades, particularly in actions against financial institutions, attacks on security forces, and incidents involving high risk to both the population and state agents. This scenario poses significant challenges to police training, especially regarding the technical preparation of professionals who act as first responders in such occurrences. The general objective of this article is to analyze the existence of training gaps in police capacity to confront the criminal use of explosives, comparing teaching practices in specialized courses with the reality of the first police response in Brazil. Specifically, the study sought to: examine the growth and characteristics of criminal use of explosives in the country; analyze the adequacy of police training for the initial handling of such incidents; and discuss teaching practices in explosives specialization courses as a strategic element to mitigate these gaps. The methodology adopted consisted of bibliographic and documentary research of a qualitative nature, with comparative analysis of scientific articles addressing the criminal use of explosives, police training, and teaching in specialized technical courses. As a result, an asymmetry was identified between the complexity of incidents involving explosives and the content offered in initial training courses, which exposes police officers and society to unnecessary risks. It is concluded that strengthening specialized teaching practices and including minimum content on explosives in police training courses are essential measures for improving the first response and preserving lives.

Keywords: Explosives; Police Training; First Response; Teaching Practice; Public Security.

INTRODUÇÃO

Segundo Feitoza e Alves Junior (2020), o Brasil registrou 4.571 ocorrências com explosivos criminosos (2013-2017), sobretudo ataques a instituições financeiras, espalhadas por quase todas as regiões do país. Estes autores classificam o emprego de explosivos e artefatos explosivos para fins criminosos no Brasil como uma "triste realidade", cuja abrangência e relevância no contexto da criminalidade merecem ser observadas com maior responsabilidade pelas instituições governamentais. Essa preocupação se soma à necessidade de o Estado se preparar para riscos emergentes, como as táticas suicidas terroristas com dispositivos explosivos improvisados (IEDs), comuns em grupos jihadistas ultrarradicais (Aguilar, 2020).

Para os policiais militares que atuam cotidianamente com explosivos e bombas, as preocupações são elevadas devido ao fato de que um simples erro pode ter como resultado perda da vida do policial, mas, em vários casos de outros indivíduos. A literatura especializada e documentos internacionais reconhecem as operações envolvendo explosivos como atividades de elevado risco, dadas as consequências letais associadas a falhas técnicas e operacionais (Mano, 2020).

Desta forma, neste cenário de ameaça dual (criminal e terrorista), a eficácia da resposta policial inicial é posta à prova. O policial militar, sendo o primeiro a chegar nas ocorrências, tem sua segurança e a da população expostas a riscos desnecessários quando não possui o

conhecimento técnico mínimo. Machado et al. (2020) classificam ocorrências com explosivos como “incidentes críticos de baixa frequência e alto impacto”, nos quais decisões iniciais inadequadas produzem consequências irreversíveis, como ampliação de danos humanos e comprometimento de provas. Cotta (2009) reforça que a primeira intervenção policial é a “fase sensível da gestão do incidente”, onde erros inviabilizam a atuação técnica posterior das unidades especializadas.

Nesse sentido, a ausência de conteúdos sistematizados sobre explosivos nos cursos de formação inicial cria um cenário paradoxal: exige-se do policial de primeira resposta uma conduta tecnicamente adequada em situações de elevada complexidade, sem que ele tenha sido previamente preparado para tal. Estudos apontam que essa lacuna formativa gera insegurança operacional, favorece decisões baseadas no senso comum e amplia o risco tanto para o agente estatal quanto para a população civil. (Dias, 2025).

Embora frequentemente associado ao terrorismo internacional, o uso de artefatos explosivos no Brasil insere-se em uma lógica distinta, marcada predominantemente pela atuação do crime organizado e por eventos de violência armada com elevado impacto simbólico, psicológico e operacional. Estudos baseados na Global Terrorism Database (GTD) indicam que, ainda que o Brasil não figure entre os países mais afetados por ações terroristas clássicas, registra número significativo de eventos envolvendo explosões, atentados e ações violentas que se aproximam de tipologias terroristas, sobretudo no emprego de explosivos e na produção do medo coletivo (Dory e Caseiro, 2021).

Nesse contexto, o uso criminoso de explosivos configura-se como uma ameaça complexa, caracterizada por baixa frequência e alto impacto, exigindo respostas técnicas altamente qualificadas. A análise de Carvalho (2020) sobre ocorrências com bombas na Bahia revela que a formação inicial do policial militar é insuficiente para respostas técnicas, demandando integração entre conhecimento especializado, protocolos operacionais e treinamento contínuo, sob pena de ampliação dos danos humanos e materiais.

Paradoxalmente, pesquisas recentes demonstram que mesmo as unidades policiais especializadas enfrentam limitações estruturais relevantes, como déficits na manutenção de equipamentos e na gestão de ativos críticos, o que compromete a disponibilidade operacional e reforça a importância da fase de primeira resposta como momento decisivo na mitigação inicial dos riscos (Sales e Januário, 2025).

Ademais, os próprios Procedimentos Operacionais Padrão estabelecidos pelas Polícias Militares atribuem ao policial da atividade fim responsabilidades técnicas relevantes na fase inicial das ocorrências com bombas e explosivos, como isolamento de área, classificação da

ameaça e acionamento de unidades especializadas. Todavia, tais exigências normativas contrastam com a ausência de conteúdos sistematizados sobre explosivos nos cursos de formação básica, revelando uma lacuna formativa que expõe agentes e civis a riscos desnecessários (PMAM, 2022).

A análise do currículo dos cursos de formação de policiais militares recém-formados na Bahia (tenentes, sargentos e soldados), segundo Carvalho (2020) identificou-se a "inexistência de disciplina que contemple tal conteúdo" sobre bombas e explosivos. Visando, então, a "menor exposição ao risco por parte dos policiais e da sociedade", sendo assim, emerge a necessidade de inserção de noções básicas dessa matéria nos cursos de formação.

A questão-problema central deste artigo, portanto, é: de que forma a falta de padronização e o enfoque insuficiente em noções de explosivos e táticas de contraterrorismo nos cursos de formação policial (CFO/CFSD) impactam a eficácia da Primeira Resposta em ocorrências com artefatos explosivos no contexto do crime organizado brasileiro?

O objetivo Geral desta pesquisa é analisar como a falta de padronização e o enfoque insuficiente em noções de explosivos e táticas de contraterrorismo nos cursos de formação policial (CFO/CFSD) impactam a eficácia da Primeira Resposta em ocorrências com artefatos explosivos no contexto do crime organizado brasileiro. Tem-se como objetivos específicos: 1. Compreender o avanço da criminalidade com explosivos e a evolução das táticas de ameaça no Brasil; 2. Avaliar a necessidade de preparação estatal para riscos complexos; 3. Identificar lacunas na formação policial (CFO/CFSD) para Primeira Resposta.

Tem-se como hipótese o seguinte: A ausência de padronização e o enfoque insuficiente em noções de explosivos e táticas de contraterrorismo nos cursos de formação policial (CFO/CFSD) comprometem a eficácia da Primeira Resposta, ampliando riscos a agentes/civis e facilitando ações do crime organizado em ocorrências com artefatos explosivos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida utilizando o método de pesquisa qualitativa-explorativa, com o objetivo de analisar artigos científicos, POPs para compreender lacunas na Primeira Resposta a ocorrências com explosivos no contexto do crime organizado brasileiro. Segundo Minayo (2001, p. 22), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, como exigências normativas e a formação CFO/CFSD. Para isso, foram utilizados dados secundários de órgãos públicos (artigos, POPs PMAM/MARTE), interpretados para atingir

conclusões sobre impactos na eficácia operacional a partir de artigos publicados.

A fundamentação teórica da pesquisa foi baseada em teorias científicas relacionadas à segurança pública, doutrina antibombas e análise formativa policial. Estudos sobre Primeira Resposta (Cotta, 2009), uso criminoso de explosivos (Machado et al., 2020) e lacunas deste tema nos Cursos de Formação CFO/CFSD são essenciais para a análise. A pesquisa focou no contexto nacional (ênfase PMs Norte/Sudeste), investigando aplicação em crime organizado.

Quanto à natureza, a pesquisa foi de natureza básica, conforme definido por Gil (2008), que visa gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência em segurança pública e formação antibombas.

O método utilizado foi o indutivo, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2003, p. 86), onde diz que a indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados infere-se uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas.

Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam, detalhando características do fenômeno.

Procedimentos documentais foram utilizados, conforme descrito por Duarte (2002), para observar e descrever práticas normativas e formativas no contexto do policiamento antibombas.

As técnicas de pesquisa envolveram coleta de dados secundários por meio de fontes bibliográficas, como artigos científicos, livros, documentos oficiais (Portaria 001/2016). Segundo Bardin (2011, p. 45), a análise de conteúdo foi utilizada para interpretar os dados coletados, permitindo compreensão detalhada dos textos e POPs.

A análise de dados foi realizada com base na revisão bibliográfica e documental, conforme sugerido por Severino (2007), que é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos documentos (Feitoza; Carvalho), categorizando: (1) avanço táticas crime; (2) riscos emergentes; (3) lacunas Primeira Resposta.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa não demandou submissão a comitê de ética (Resolução 510/2016), uma vez que não envolve seres humanos nem dados pessoais identificáveis, restringindo-se à utilização de informações estatísticas e documentais de

domínio institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Avanço da Criminalidade e a Evolução das Táticas de Ameaça

De modo geral, os explosivos são compreendidos como substâncias capazes de sofrer transformações extremamente rápidas e violentas quando submetidas a determinados estímulos. O Manual de Polícia para Ações Antibombas da Organização das Nações Unidas define explosivos como “produtos que se caracterizam por se transformarem de forma rápida e violenta após uma excitação adequada, do seu estado original para o estado gasoso, produzindo explosão” (ONU, 2001). De forma convergente, a doutrina militar brasileira conceitua explosivos como substâncias químicas ou misturas de substâncias químicas que, quando convenientemente iniciadas, sofrem uma decomposição extremamente rápida, produzindo calor, gases e altas pressões (BRASIL, 2008). Essas definições evidenciam elementos centrais, como a necessidade de um agente iniciador, a rápida liberação de energia e a geração de elevados níveis de pressão, fatores que explicam o alto potencial destrutivo dessas substâncias.

A evolução das táticas criminosas no Brasil demonstra que o uso de explosivos deixou de ser uma exclusividade de grupos terroristas internacionais (Feitoza e Alves Junior, 2020). O emprego desses materiais como instrumento para a prática de crimes passou a integrar, de forma crescente, o modus operandi de organizações criminosas nacionais (Machado et al., 2020). Explosões de caixas eletrônicos, ataques a instituições financeiras, utilização de artefatos improvisados contra forças policiais e ameaças de bomba tornaram-se recorrentes, sobretudo a partir dos anos 2000, exigindo das instituições de segurança pública respostas cada vez mais qualificadas e especializadas (Carvalho, 2020).

No contexto brasileiro, as unidades antibombas das Polícias Militares estaduais são responsáveis pelo atendimento de ocorrências envolvendo explosivos em locais públicos, eventos de grande porte e situações de alto risco, no exercício da missão constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Carvalho, 2020). Além da resposta imediata aos incidentes, essas unidades também atuam na prevenção e na mitigação de riscos associados ao uso criminoso de artefatos explosivos, por meio de varreduras de segurança, ações de contramedidas e apoio técnico a operações especiais (Oliveira Junior, 2020).

A atuação da Polícia Federal em bombas e explosivos concentra-se nas hipóteses em que

há interesse da União, crimes federais ou segurança de autoridades, com emprego de grupos especializados que realizam varreduras, resposta a ameaças de bomba e perícias de pós-explosão (APCF, 2023).

Dados evidenciam a magnitude do fenômeno no país. Entre 2013 e 2017, foram registradas 4.571 ocorrências envolvendo artefatos explosivos no Brasil, com média anual próxima de mil incidentes (Feitoza e Alves Junior, 2020). No estado do Amazonas, a realidade também é preocupante, com 231 ocorrências registradas entre 2013 e 2017 – superior à média nacional por estado e demonstrando persistência do problema (Feitoza e Alves Junior, 2020). Esses números confirmam que o uso criminoso de explosivos é uma realidade disseminada e persistente no território nacional (Leo, 2018).

Segundo Feitoza e Alves Junior (2020), as ocorrências envolvendo explosivos apresentam elevado impacto social, pois afetam diretamente o sentimento de segurança da população e produzem efeitos psicológicos que vão muito além dos danos materiais imediatos. Os autores destacam que, entre as décadas de 1960 e 1990, o emprego desses artefatos esteve majoritariamente associado a organizações terroristas internacionais, com o uso de táticas como pacotes-bomba, cartas-bomba e carros-bomba. A partir dos anos 2000, entretanto, organizações criminosas brasileiras passaram a incorporar explosivos como ferramenta para a prática de diversos crimes, especialmente ataques a instituições financeiras e ações contra o Estado.

Dada a capacidade inerente das substâncias explosivas de romper estruturas, fragmentar objetos e gerar ondas de choque de elevada letalidade, o seu uso por agentes criminosos representa uma ameaça significativa à segurança pública. Conforme assinala Cotta (2017), incidentes envolvendo bombas e explosivos configuram eventos críticos complexos, nos quais os efeitos físicos e psicológicos extrapolam os danos materiais imediatos, exigindo respostas técnicas, integradas e altamente coordenadas. Esse cenário impõe desafios crescentes às instituições estatais, que precisam adaptar suas estratégias operacionais e seus modelos de resposta diante da complexificação das táticas de ameaça observadas no contexto contemporâneo brasileiro.

Além do aumento quantitativo das ocorrências, observa-se no contexto nacional uma evolução das táticas de ameaça, marcada pela sofisticação dos artefatos empregados, pela escolha estratégica de alvos e pelo uso do explosivo como instrumento de impacto psicológico e simbólico (Feitoza e Alves Junior, 2020). Conforme Leo (2018), a violência com explosivos no Brasil apresenta características híbridas, nas quais práticas associadas historicamente ao terrorismo como a produção deliberada do medo coletivo e a ampla repercussão midiática são

incorporadas por organizações criminosas, ainda que desvinculadas de motivações ideológicas clássicas.

Essa dinâmica contribui para a ampliação do efeito social das ocorrências com explosivos, que extrapolam os danos materiais imediatos e afetam diretamente a percepção de segurança da população (Feitoza e Alves Junior, 2020). A literatura especializada em operações antibombas reconhece que incidentes dessa natureza configuram eventos críticos complexos, exigindo respostas altamente coordenadas, sob pena de escalada do risco, colapso da gestão do incidente e agravamento das consequências humanas e institucionais (Matos, 2020).

Soma-se a esse cenário o fato de que a evolução das táticas criminosas não tem sido acompanhada, na mesma proporção, pela capacidade estrutural do Estado em todos os seus níveis (Machado et al., 2020). Pesquisas recentes indicam que mesmo as unidades policiais especializadas enfrentam limitações relevantes relacionadas à gestão de ativos, manutenção de equipamentos e disponibilidade operacional, o que amplia a vulnerabilidade do sistema de segurança pública diante de ameaças envolvendo explosivos (Oliveira Junior, 2020).

Essa realidade é agravada pelo avanço da criminalidade com explosivos, que não se expressa apenas pelo "aumento substancial no número de ocorrências envolvendo uso criminoso de explosivos no período de 2013 a 2017, mas pela crescente complexidade dos cenários enfrentados:

Apesar de não se ter obtido as respostas de todos os estados da federação, os números totais obtidos a nível nacional são preocupantes, foram quase 5.000 cinco mil ocorrências criminais envolvendo explosivos ao longo dos últimos cinco anos, isso nos remete a uma média aproximada de 900 novecentas ocorrências por ano. (FEITOZA E ALVES JUNIOR, 2020, p. 24).

Isso impõe desafios estratégicos, operacionais e institucionais, preparando o terreno para análises da atuação policial na fase de primeira resposta (Carvalho, 2020).

A Necessidade de Preparação Para Riscos Complexos

Segundo Leão (2016), a atuação em ocorrências com bombas e explosivos no Brasil é, predominantemente, de responsabilidade das unidades antibombas estaduais, dada a inexistência de previsão legal para a atuação da Polícia Federal fora de suas competências constitucionais. Tal configuração institucional impõe às Polícias Militares dos estados o protagonismo no enfrentamento desse tipo de ameaça, que, entretanto, não se restringe ao crime organizado tradicional.

Nesse sentido, Aguilar (2020) destaca a necessidade de o Estado desenvolver novos

modelos de desenho de força (force design) capazes de responder a riscos emergentes e complexos, envolvendo tanto Organizações Terroristas Fundamentalistas Ultrarradicais (OTUR) quanto Organizações Criminosas Ultraviolentas (OCUV). O autor ressalta que a compreensão dessas ameaças exige superar visões simplificadoras, como o estereótipo do “homem-bomba”, uma vez que as táticas suicidas terroristas apresentam múltiplas formas de execução, com diferentes níveis de planejamento, letalidade e impacto psicológico, demandando modelos de resposta diferenciados.

A literatura especializada indica que tais cenários configuram eventos raros, porém de alto impacto, nos quais o risco não se limita aos efeitos físicos da explosão, mas envolve também dimensões simbólicas, sociais e institucionais. Conforme demonstram Dory e Caserio (2021), práticas associadas historicamente ao terrorismo, como a produção deliberada do medo coletivo e a ampla repercussão midiática, passaram a ser incorporadas por organizações criminosas, ampliando a complexidade do gerenciamento desses incidentes no contexto brasileiro.

Sob a perspectiva operacional, Sampaio Júnior (2020) observa que policiais militares frequentemente não se sentem seguros para atuar em ocorrências envolvendo bombas e explosivos, seja no atendimento de ameaças criminosas, seja no emprego técnico desses artefatos em atividades profissionais específicas. Para o autor, a redução dessa insegurança passa, necessariamente, pela disponibilização de equipamentos adequados e pela capacitação técnica contínua, por meio de treinamentos e cursos especializados, capazes de preparar o policial para atuar em ambientes de elevado risco.

Cotta (2017) enfatiza que o grau de periculosidade e as especificidades dos incidentes com explosivos impõem aos primeiros interventores a necessidade de familiaridade com os principais tipos de artefatos, seus mecanismos de acionamento e seus efeitos. Diante do risco à integridade física dos agentes e de terceiros, torna-se imprescindível o emprego de protocolos operacionais específicos, recursos logísticos adequados e capacitação técnica compatível com a complexidade do cenário enfrentado.

Essa dinâmica contribui para a ampliação do efeito social das ocorrências com explosivos, que extrapolam os danos materiais imediatos e afetam diretamente a percepção de segurança da população (Feitoza e Alves Junior, 2020). A literatura especializada em operações antibombas reconhece que incidentes dessa natureza configuram eventos críticos complexos, exigindo respostas altamente coordenadas, sob pena de escalada do risco, colapso da gestão do incidente e agravamento das consequências humanas e institucionais (Matos, 2020).

Além disso, pesquisas recentes indicam que mesmo as unidades especializadas enfrentam limitações estruturais relacionadas à gestão de ativos, manutenção de equipamentos e disponibilidade operacional, o que reforça a importância de uma preparação realista e sistêmica para o enfrentamento dessas ameaças (Sales e Janúário, 2025).

Assim, a capacitação contínua, aliada à adequada dotação logística como trajes antibombas, canhões disruptores, braços robóticos, sistemas portáteis de raios-X e kits de manejo remoto, constitui elemento central para a mitigação dos riscos inerentes a esse tipo de ocorrência (Cotta, 2020).

A Formação Policial e a Primeira Resposta: A Lacuna no Conhecimento Básico

Nas ocorrências envolvendo bombas e explosivos, o primeiro agente estatal a atender ao chamado é, na maioria das vezes, o policial militar do policiamento ostensivo, profissional que, via de regra, não possui formação técnica especializada na área antibombas. Essa condição torna a primeira resposta um elo crítico da cadeia de segurança pública, pois decisões equivocadas nessa fase inicial podem ampliar danos humanos, materiais e institucionais. A literatura aponta que o conhecimento técnico mínimo e o treinamento adequado são condições essenciais para a preservação da integridade física dos policiais e de terceiros em incidentes críticos envolvendo explosivos (Dias, 2025).

Carvalho (2020), ao analisar a formação de policiais militares recém-formados na Bahia, identificou insuficiência significativa de conhecimentos básicos relacionados a bombas e explosivos. Segundo o autor, essa lacuna formativa, em um contexto de aumento das ocorrências com artefatos explosivos, expõe a população e os próprios agentes de segurança a riscos elevados, além de comprometer a capacidade institucional de resposta. A inclusão de conteúdos básicos sobre explosivos nos cursos de formação inicial é apontada como medida capaz de aprimorar a eficácia da primeira resposta e reduzir a probabilidade de acionamento acidental de artefatos.

Sob a perspectiva normativa, Procedimentos Operacionais Padrão e manuais institucionais estabelecem atribuições claras para o primeiro interventor em ocorrências com suspeita de explosivos, tais como isolamento da área, evacuação do local, controle do fluxo de pessoas e acionamento de unidades especializadas, vedando qualquer tentativa de manipulação do artefato. Tais diretrizes demandam organização da cena e decisões técnicas adequadas para minimizar mortes e lesões, exigindo do policial ostensivo conhecimentos mínimos para reconhecimento da ameaça e avaliação inicial do risco (Fortes, 2012).

Nesse sentido, a literatura antibombas enfatiza que a atuação na primeira resposta não substitui a intervenção técnica das equipes especializadas, mas é determinante para preparar adequadamente o cenário do incidente. A ausência de conhecimentos básicos por parte do primeiro respondente tende a gerar respostas empíricas e falhas iniciais que produzem efeitos em cascata em incidentes complexos, ampliando danos e dificultando a gestão técnica posterior da ocorrência (ABCFAV, 2007).

Essa diretriz é ilustrada pela orientação segundo a qual profissionais não especializados devem limitar sua atuação às primeiras medidas de segurança e ao acionamento da polícia especializada, conforme destaca o Manual do Vigilante ao afirmar que o vigilante patrimonial não é o profissional capacitado para atuar efetivamente em ocorrências envolvendo explosivos, devendo apenas adotar medidas iniciais e acionar equipes especializadas (ABCFAV, 2007). Tal entendimento reforça, por analogia, a necessidade de delimitação clara das atribuições do policial ostensivo, associada à capacitação mínima para execução segura dessas atribuições.

Além da formação inicial, a literatura aponta a relevância da prática docente nos cursos especializados como elemento estratégico para a difusão do conhecimento técnico. Guimarães (2020), ao examinar o Curso de Técnico Explosivista Policial da PMDF, identificou fragilidades na formação pedagógica dos instrutores, apesar da sólida experiência operacional. Segundo o autor, a predominância de métodos tradicionais e pouco reflexivos limita a inovação didática e compromete a qualidade da retransmissão do conhecimento, impactando negativamente a formação de multiplicadores e, por consequência, a qualificação da primeira resposta ostensiva.

Soma-se a esse cenário o fato de que unidades policiais especializadas também enfrentam limitações estruturais relacionadas à gestão de ativos e à manutenção de equipamentos, o que eleva ainda mais a importância de uma primeira resposta qualificada como mecanismo inicial de mitigação de riscos. Pesquisas indicam que, diante dessas limitações, a atuação técnica adequada do primeiro respondente assume papel compensatório, reduzindo a probabilidade de agravamento do incidente até a chegada das equipes especializadas (Sales e Januário, 2025).

Dessa forma, a lacuna de conhecimentos básicos sobre bombas e explosivos na formação policial não deve ser compreendida apenas como uma deficiência pedagógica pontual, mas como uma vulnerabilidade operacional sistêmica. A ausência de conteúdos mínimos e padronizados compromete a segurança dos agentes e da população, fragiliza a eficácia da primeira resposta e impacta negativamente a capacidade institucional de enfrentamento de

incidentes críticos envolvendo o uso criminoso de explosivos, evidenciando a urgência de sua inclusão nos currículos de formação policial (Carvalho, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à caracterização do uso criminoso de explosivos no Brasil, os resultados demonstram que esse fenômeno apresenta não apenas crescimento quantitativo, mas, sobretudo, aumento da complexidade dos cenários operacionais. A literatura analisada indica que tais ocorrências produzem efeitos que extrapolam os danos materiais imediatos, impactando diretamente a percepção de segurança da população e exigindo respostas altamente coordenadas. Esses achados reforçam a classificação desses eventos como incidentes críticos complexos e sustentam a necessidade de preparação técnica compatível com o risco envolvido.

No tocante às atribuições do policial militar na fase de primeira resposta, os resultados evidenciam um descompasso significativo entre as exigências normativas e a formação efetivamente ofertada. Procedimentos Operacionais Padrão atribuem ao policial ostensivo responsabilidades técnicas relevantes como isolamento da área, evacuação e gerenciamento inicial da cena que demandam conhecimentos mínimos sobre reconhecimento de ameaças e avaliação de riscos. Entretanto, a literatura indica que tais conteúdos não são abordados de forma sistemática nos cursos de formação inicial, fragilizando a execução segura dessas atribuições.

Quanto à identificação das lacunas na formação policial básica, a análise revela que essa deficiência não se limita a um problema pedagógico pontual, mas configura uma vulnerabilidade operacional de natureza sistêmica. Estudos empíricos apontam que a ausência de conteúdos básicos sobre bombas e explosivos favorece respostas empíricas e decisões inadequadas na fase inicial da ocorrência, potencializando efeitos em cascata, comprometendo a segurança de agentes e civis e dificultando a atuação técnica posterior das unidades especializadas.

Os resultados também demonstram que a concentração do conhecimento técnico em cursos altamente especializados, acessíveis a um contingente restrito de profissionais, limita a difusão desse saber para o efetivo da atividade-fim, justamente aquele responsável pela primeira intervenção em ocorrências com explosivos. Esse cenário é agravado por limitações estruturais enfrentadas por unidades especializadas, relacionadas à gestão de ativos e à disponibilidade operacional, o que reforça a importância estratégica de uma primeira resposta

qualificada como mecanismo inicial de mitigação de riscos.

Dessa forma, os achados da pesquisa corroboram a hipótese de que a insuficiência de conteúdos sistematizados sobre bombas e explosivos nos cursos de formação policial compromete a eficácia da primeira resposta em ocorrências dessa natureza. A literatura analisada converge ao indicar que a inserção de conteúdos mínimos e padronizados sobre explosivos na formação policial básica, aliada ao fortalecimento da prática docente nos cursos especializados, constitui estratégia viável e necessária para a redução de riscos operacionais, a preservação de vidas e o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentamento de incidentes críticos envolvendo o uso criminoso de explosivos no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paulo Augusto. **Táticas suicidas terroristas: suicidas-bomba**. *Velho General*, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2020/11/23/taticas-suicidas-terroristas-suicidas-bomba/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

AMAZONAS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão – Primeira intervenção em ocorrências com bombas e explosivos**. Manaus: PMAM, 2014. Revisado em 23 mar. 2022.

AMAZONAS. Polícia Militar. **Estatística de ocorrências com bombas e explosivos. Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos (MARTE)**. Manaus: PMAM, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES. **Manual do vigilante: curso de formação**. v. 1. São Paulo: ABCFAV, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de campanha: explosivos**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

CARVALHO, Érico de. **Primeiras respostas no atendimento em ocorrências com bombas e explosivos: adequabilidade na formação do policial militar da Bahia**. 2020. Disponível em https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020_04/artigo_5_primeiras_respostas_no_atendimento_em_ocorrencias_com_bombas_e_explosivos.pdf. Acesso em: 11 jan. 2026.

COTTA, Francis Albert. **Gestão de incidentes críticos: fundamentos para atuação policial**. 2009.

COTTA, Francis Albert. **Gestão de incidentes críticos com bombas e explosivos**. *Segurança Pública em Revista*, v. 1, n. 1, p. 57–71, jan./jun. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/42791128/Gest%C3%A3o_de_Incidentes_Cr%C3%ADtico_com_Bombas. Acesso em: 11 jan. 2026.

DIAS, Carlos Gustavo de Lima. **A segurança dos policiais militares com relação ao uso de explosivos nas suas atividades: uma revisão de literatura.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 3, p. 2096–2111, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i3.18605. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18605>. Acesso em: 11 jan. 2026.

DORY, Daniel; CASERIO, Carlos. **Terrorismo no Brasil?** *Confins – Revista franco-brasileira de geografia*, n. 51, 2021. DOI: 10.4000/confins.38513. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/38513>. Acesso em: 11 jan. 2026.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2002.

FEITOZA, Tiago Mesquita; ALVES JUNIOR, José. **Uma análise sobre o uso criminoso de explosivos no Brasil de 2013 a 2017: o estado do Amazonas em perspectiva.** *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 24–40, 2020.

FORTES, Marcos de Azevedo. **Política pública para ameaças QBRNE.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituição de Ensino Superior.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Anderson Diniz. **A prática docente no Curso de Técnico Explosivista Policial da PMDF.** Brasília: Polícia Militar do Distrito Federal, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, José. **Manual de explosivos dos Fuzileiros Navais.** Brasília: Marinha do Brasil, 2008.

LEO, Décio José Aguiar. **Operações antibombas: uma introdução à doutrina e organização dos esquadres de bombas e ao enfrentamento aos crimes envolvendo bombas e explosivos.** São Paulo: Ícone, 2018.

MACHADO, Francinaldo et al. **Uso de explosivos por organizações criminosas contra instituições financeiras e carros-fortes.** *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 41–57, jun. 2020.

MANO, Iksa Rosa de Sousa. **Aquisição de materiais para manuseio de explosivos para a Polícia Militar do Maranhão.** 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação de Oficiais em Segurança Pública) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

MATOS, Pricles de. **Mensagem do Comandante-Geral.** *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3, jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ilson de. **O relatório técnico produzido pelo Esquadrão Antibombas da Polícia Militar como instrumento de apoio na persecução criminal nos delitos com**

explosivos no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Operações Antibombas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 137–161, jun. 2020. Disponível em: https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/artigo_9_-_o_relatorio_tecnico_do_esquadrão_antibombas.pdf. Acesso em: 11 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Manual de polícia para ações antibombas.** Genebra: ONU, 2001.

SALES, Paulo Victor Andrade; JANUÁRIO, Jatiniel Rodrigues. **Gestão da segurança pública no Brasil: perfil da manutenção de equipamentos das unidades antibombas das polícias militares.** *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 1, p. e1499, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-9-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1499>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SAMPAIO JÚNIOR, Marcelo de Araujo. **Ações antibombas: análise da atuação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Maranhão no atendimento a ocorrências com explosivos e bombas.** 2020. 65 f. Monografia (Formação de Oficiais em Segurança Pública) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.